

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO NO OESTE PARANAENSE: O CASO DA C.VALE NA REGIÃO DE PALOTINA/ PR¹

CHRISTIAN LUIZ da SILVA²

ADRIANA ALVES³

WEIMAR FREIRE ROCHA JR⁴

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento sócio-econômico ocorrido na região de atuação da C Vale Cooperativa Agroindustrial, após a industrialização avícola ocorrida em 1997. A pesquisa foi realizada com os cooperados da C. Vale, especialmente os que desenvolvem atividade avícola. O questionário contou com questões que avaliavam os motivos da associação do cooperado, a geração de renda, as condições sócio-econômicas, e a percepção do cooperado da importância da C. Vale para o desenvolvimento sócio-econômico da região. As cooperativas contribuem para a evolução dos seus associados em duas grandes dimensões, a econômica e a social. Na dimensão econômica com o melhoramento da renda através da melhor disponibilidade do produto ou serviços do cooperado para o mercado consumidor. Na dimensão social através da inclusão social e da disponibilização, ao cooperado, de novos conhecimentos, além de aproximá-lo de uma rede de contato com outros cooperados. A cooperativa foi apontada na pesquisa como fomentadora da educação local, através de cursos, palestras e seminários que são ministrados aos cooperados e colaboradores. A pesquisa demonstrou, de forma indireta, que há ganho de escolaridade comparando os cooperados e seus filhos maiores de 17 anos.

Palavras-chaves: Cooperativismo agropecuário, integração avícola, desenvolvimento local, Paraná.

Abstract

The objective of this paper is to analyze the socio-economical development occurred in the action area of the C Vale Cooperativa Agroindustrial, after the poultry industrialization that occurred in 1997. The research was carried out with the members/associates of the cooperative society of the C. Vale, especially the ones developing the poultry activity. The questionnaire included questions that evaluated the reasons for association of its members, the generation of income, the socio-economic conditions, and their perception of the importance of C. Vale for the socio-economic development of the region. The cooperative contributes for the evolution of the associates in two big dimensions: economical and social. In the economical dimension contributes with the improvement of the income, through the best availability of the product or service of the associate to the consumer market. In the social dimension through the social inclusion, and through the availability, for the associate, of new knowledge, besides approaching him to a network of contact with other associates. The cooperative was appointed

in the research as a promoter of the local education, through courses, lectures and seminars that are administered to the associates and its co-workers. The research showed, in an indirect way, that there was improvement in education when comparing the cooperated and their sons over 17.

Key Words: Co-operativism; aviculture integration, regional development, Paraná

JEL: Q13; Q01; R11

Introdução

A história do desenvolvimento de um povo se inicia com a agricultura. A arte de cultivar a terra é observada desde a história antiga. A agricultura é dominada pelo homem após a fixação na terra, quando os povos deixaram de ser nômades. Durante séculos a agricultura foi tratada da forma extrativa, sendo a atividade resumida aos atos de plantar e colher. Com o avanço capitalista a agricultura passa por profundas transformações. “A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da Natureza para se converter numa

¹ Os autores agradecem o apoio financeiro do projeto recebido da Fundação Araucária.

² Economista, doutor em Engenharia de Produção e pós-doutor em Administração pela USP. Professor do Mestrado de Gestão Urbana da PUCPR e da UTFPR. christian.silva@pucpr.br

³ Economista, mestre em Organizações e Desenvolvimento pela UNIFAE e pesquisadora da UNIFAE. profeadriana@yahoo.com.br

⁴ Eng Agrônomo, doutor em Engenharia de Produção e Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios da UNIOESTE. Pesquisador da Fundação Araucária e do CNPq. wrocha@unioeste.br

“ As cooperativas agropecuárias do estado do Paraná, entre outras, surgem a partir da década de 40, da necessidade de aumentar a competitividade do agricultor e a agroindústria... ”

certeza sob o comando do capital”, (GRAZIANO, 1998, p. 4).

Segundo Trintin (2006), a colonização agrícola do estado ocorreu por distribuição das propriedades de forma desconcentrada, favorecendo surgimento de pequenas propriedades. As pequenas propriedades para serem competitivas necessitam se reunir para aumentar seu poder no mercado. Conforme Singer (2002), um grupo cooperativo deve ser capaz de simultaneamente preservar o tamanho dos pequenos empreendimentos e eliminar as diferenças de rentabilidade, equalizando os resultados para o grupo de cooperados.

As cooperativas são organizações com atuação local e que possuem como cooperados, pessoas da própria comunidade. No Brasil e principalmente no Estado do Paraná, este tipo de organização é muito comum em diversos ramos como cooperativas de trabalho, médicos, crédito e no meio rural através das cooperativas de produção agropecuárias. As cooperativas agropecuárias do estado do Paraná, entre outras, surgem a partir da década de 40, da necessidade de aumentar a competitividade do agricultor e a agroindústria (aves, suínos, leite, entre outras) e como alternativa de renda e desenvolvimento local. Conforme Oliveira (2001), as cooperativas são organizações que promovem o desenvolvimento local, haja vista trabalharem em prol da comunidade onde atuam, buscando agregar valor aos seus associados.

As cooperativas agropecuárias do Paraná deixaram de direcionar seus objetivos apenas à produção de alimentos e se inseriram na industrialização da produção, agregando mais esta atividade ao leque de serviços prestados a seus cooperados (MENEGÁRIO, 2000). O estado do Paraná foi marcado pela constituição de cooperativas, que reuniam a força do produtor. Devido a sua vocação agrícola, propiciada por terras férteis e clima favorável às culturas, o crescimento deste tipo de associação foi ficando cada vez maior. Atualmente, segundo OCEPAR (2007), o Estado do Paraná possui 74 cooperativas agropecuárias, e várias delas possuem industrialização inserida no seu processo produtivo.

As cooperativas da região Oeste do estado do Paraná, conforme OCEPAR (2007), promoveram a partir de 1994 um elevado nível de industrialização do complexo soja (óleo, farelo, sucos, margarina, etc), suinocultura (embutidos, cortes, etc), leite (longa vida, doce, leite condensado, iogurtes, etc) e aves (cortes, embutidos, etc). O crescimento de maior relevância foi verificado no setor avícola, conforme dados dos relatórios anuais das empresas C. Vale, Copacol, Coopavel, Cooperativa Lar e Copagrill. As cooperativas relatadas abrangem toda a região Oeste do Paraná, respondendo por um faturamento anual de R\$ 3,3 bilhões.

Esta evolução desencadeou uma série de fatores, entre eles um maior nível de investimentos do cooperado, diversificação do risco da cultura que anteriormente era somente de plantio, alteração do fluxo de renda do cooperado/produtor, conforme dados pesquisados junto às cooperativas da região. As cooperativas proporcionam a evolução da agricultura de subsistência para a agricultura incorporada às demandas do mercado, proporcionam produção, comercialização e industrialização.

Conforme Mazzali (2000), o Paraná participa em mais de 20% da produção de 2002, devido à modernização agrícola e acesso à matéria-prima. A produção está concentrada no interior do estado.

Conforme ABEF (2006) o Paraná é o segundo maior exportador de carne de frango, ficando atrás somente de Santa Catarina. Outro fator que amplia a participação do estado na produção e exportação é grau tecnológico envolvido na produção de frangos, como melhoramento genético de matrizes, maior conversão alimentar de rações, logística privilegiada, com toda a cadeia de produção estando próxima, pois ficam numa mesma região granjas de matrizes, incubadoras para produção de pintainhos, produção de milho e soja, fábrica de farelo e óleo de soja, fábrica de rações, granjas terminadoras e frigoríficos.

De acordo com Zanatta e Silva (2002), existem três tipos de cadeias de avicultura de corte: empresas líderes, seguidores cooperativados e seguidores não cooperativados, sendo que destes os seguidores não cooperativados possuem a menor vantagem competitiva, porém no Paraná, todas as empresas convivem, mesmo com diferentes tamanhos e estruturas. Na região Oeste do Paraná estão localizadas as principais empresas líderes, as cooperativas mais importantes da região que atuam com produção avícola e também empresas não cooperativadas. Na cadeia avícola há uma geração de renda que atinge fornecedores, funcionários, integrados, cooperados e prestadores de serviços. Considerando a geração de renda existente na cadeia, surge a questão se a distribuição de renda é equilibrada, e se movimenta a economia local, proporcionando o ciclo de renda; bem como o questionamento da participação da cooperativa no nível de desenvolvimento sócio-econômico do cooperado e, em consequência, também à região ao que o mesmo se localiza. Enfim, o cooperativismo avícola contribui para o desenvolvimento sócio-econômico da região em que está inserido?

O presente trabalho tem como hipótese que o cooperativismo avícola propiciou um maior desenvolvimento sócio-econômico da região de Palotina. O objetivo geral é anali-

sar a contribuição da cooperativa C. Vale para o desenvolvimento sócio-econômico nos municípios da sua área de abrangência no estado do Paraná após a implantação da integração avícola em 1997.

O nível de desenvolvimento sócio-econômico será medido pelo estudo dos índices de desenvolvimento como moradia própria, nível de escolaridade, renda, renda per capita, tamanho da família dos municípios de atendimento da C. Vale no estado do Paraná. Para tanto foram realizadas entrevistas junto aos cooperados para apurar o nível de escolaridade, de renda, e de lazer dos cooperados antes e depois da implantação do complexo avícola da C Vale.

Além dessa introdução, o artigo contém mais cinco seções: a segunda trata da questão teórica sobre desenvolvimento e o cooperativismo; a terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa; a quarta discute os resultados e a quinta seção a conclusão.

Desenvolvimento e cooperativismo

O conceito de desenvolvimento econômico tem sido discutido há muitos anos, passando pelos conceitos de crescimento econômico, capital e nível de emprego. Neste item será tratado das variações do conceito de desenvolvimento a partir das diversas vertentes, partindo da visão clássica até os conceitos de Furtado e Cardoso. A visão clássica será agregada à visão cepalina, visto a primeira estar restrita ao conceito econômico, e as demais discussões ampliam o conceito para o social.

O desenvolvimento sócio-econômico de um país ou região está atrelado ao nível de investimentos existentes nesses locais. Investimentos estes não só atrelados ao crescimento econômico, mas também ao investimento em infra-estrutura e formação social do cidadão. São assim considerados porque tanto o crescimento quanto o desenvolvimento econômico só ocorrem conjuntamente à ocorrência das inovações em tecnologia e conhecimento.

Originalmente desenvolvimento era visto como um processo de revelação e descoberta que apresentava mudança seqüencial de um estágio para outro, ocorria em ordem determinada e contemplava uma dimensão de valor, (CAIDEN e CARAVANTES, 1988).

Para Furtado (1988) as origens da noção de desenvolvimento podem ser detectadas em três diferentes correntes, a primeira surge com a filosofia do Iluminismo em direção a supremacia da razão, a segunda na idéia de acumulação de riquezas com a promessa de um futuro melhor e a terceira a expansão geográfica ocidental que demonstrava superioridade em relação aos demais povos.

Caiden e Caravantes (1988), na sua análise de reconsideração do conceito de desenvolvimento, mostram o lado triste e real do resultado de uma devastadora corrida, na busca de captação de lucros em nome de progresso, uma vez que o desenvolvimento ocidental teve preocupação mais com o crescimento que com a distribuição.

O conceito de desenvolvimento tem contribuído mais do que qualquer outro no sentido de promover uma maior integração entre as disciplinas da ciência social - separadas por um século de influência positivista. A óbvia ambigüidade desse conceito certamente não deixa de estar relacionada a sua fecundidade. Tendo-se originado na área da ciência econômica, cuja ênfase recai sobre os aspectos quantitativos, sob a forma de crescimento, o conceito inevitavelmente ultrapassa tal contexto e penetra no domínio de outras disciplinas sociais. O conceito, então, não pode ser entendido na ausência de um sistema de valores que os economistas não tem condições de integrar em seu arcabouço conceitual. Essa ambigüidade gera toda uma série de problemas, o que levou os economistas a estabelecerem uma distinção entre desenvolvimento e crescimento, conferindo ao primeiro destes conceitos, mesmo quando qualificados pelo adjetivo econômico, uma amplitude que forçosamen-

“... a meta adequada de desenvolvimento era aquela de uma sociedade urbano-industrial, sendo o “moderno” medido de acordo com o grau de industrialização e urbanização que uma sociedade tivesse alcançado...”

te o transforma em matéria interdisciplinar (FURTADO, 1988).

Nessa abordagem, coloca em dúvida a legitimidade do processo de industrialização; declara as inviabilidades dos modelos ocidentais e tenta traçar os aspectos ocultos e não divulgados do mesmo. Assim sendo, a meta adequada de desenvolvimento era aquela de uma sociedade urbano-industrial, sendo o “moderno” medido de acordo com o grau de industrialização e urbanização que uma sociedade tivesse alcançado, sendo basicamente desenvolvimento o mesmo que crescimento econômico, (CAIDEN e CARAVANTES, 1988).

Estes conceitos passaram a ser contestados, com a inclusão de outros fatores na definição de desenvolvimento. Cardoso e Faletto (1970) afirmam que às análises baseadas nos esquemas econômicos de desenvolvimento - que pressupõem a viabilidade da passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento - somaram-se esforços de interpretação sociológica visando explicar esta transição.

Cardoso e Faletto (1970) afirmam ainda que, quando se trata de vincular a análise estritamente econômica à compreensão do desenvolvimento político e social de uma determinada sociedade, o problema a ser formulado não é apenas o do caráter da estrutura social mas, principalmente, o processo de sua formação e a orientação e atuação das for-

ças sociais que pressionam para mantê-la ou modificá-la. Acrescentam ainda que, para uma análise global do processo de desenvolvimento é necessário que tal análise considere em sua totalidade as “condições históricas particulares”. Ou seja, deve-se buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais, ultrapassando a abordagem de enfoque estrutural, reintegrando-se em uma interpretação feita em termos de “processo histórico”. Com isso, segundo os autores, o processo de mudança deixa de ser apresentado como resultante de fatores “naturais” independentes das alternativas e acontecimentos históricos.

Esta mudança de conceitos (SOU-SA, 1980) deve se refletir sobre as análises realizadas. Segundo ele, ao entender-se que desenvolvimento é o mesmo que crescimento econômico, a análise restringe-se a uma apreciação quantitativa de dados estatísticos; se for entendido que é melhoria do nível de vida das comunidades, então se torna necessário proceder-se a uma análise qualitativa do sistema e das instituições.

Furtado (1988) demandava que “a nova orientação do desenvolvimento teria que ser num sentido muito mais igualitário, reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados”. A alusão ao desperdício relacionado ao consumo dos afluentes é um elemento novo. Além disso, a forma excludente de um consumo que é cópia do padrão dos países afortunados, isso se torna possível por aumentos de produtividade revertidos para uma minoria, explicaria o agravamento das desigualdades sociais como função do próprio avanço na acumulação. A isso se somaria, pela busca de implantação, nos países pobres, de um sistema industrial similar ao dos países do centro, “uma profunda descontinuidade causada pela coexistência de dois níveis tecnológicos” (CAIDEN e CARAVANTES, 1998).

“... percebe-se que o desenvolvimento é encarado como um processo seqüencial e interdependente, por meio do qual a sociedade tradicional seria transformada numa sociedade moderna...”

Esses mesmos autores chamam ainda a atenção para o fato de que “para o Ocidente e, até pelo menos a década de 40, desenvolvimento significou pura e simples ocidentalização; e os países ocidentais não tinham muitos escrúpulos quanto à maneira segundo a qual convertiam o resto do mundo”. Dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento é encarado como um processo seqüencial e interdependente, por meio do qual a sociedade tradicional seria transformada numa sociedade moderna, isto é, ocidentalizada.

A noção atual de desenvolvimento sustentável representa uma vertente do pensamento de Furtado (1988): não é qualquer taxa de crescimento da economia que pode ser perseguida; há que se pensar antes naquilo que é (ecologicamente) sustentável, ou seja, possível, durável, realizável.

O desenvolvimento integrado é espacialmente localizado em cidades e regiões; programas de desenvolvimento devem ser sustentáveis. Lembra Acselrad (2001) que a sustentabilidade deriva dos propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento. Para o autor, o processo de desenvolvimento é mobilizado por organizações que trabalham juntas ou por interorganizações, cuja principal característica é a hibridização ou a complexidade. As interorganizações são constituídas por organizações diferenciadas, conectadas por propósitos comuns, isto é, integradas. A associação se faz pela complementaridade, portanto, pela busca do di-

ferente que possa cooperar para se atingir um resultado.

Alguns conceitos foram desenvolvidos a partir de então, como Becker (1989), que trata o desenvolvimento como um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo.

Neste contexto, as cooperativas integram esse processo de transformação a partir da constituição de interorganizações integradas pelas relações sociais públicas e privadas locais. Em especial o sistema cooperativista agroindustrial, que relaciona a produção a base local, relativiza ainda mais a importância dessas relações para o desenvolvimento local.

Conforme Machado Filho et al. (2003, p. 3) “O sistema cooperativista agroindustrial caracteriza-se pela associação de um grupo de (normalmente pequenos) produtores, em geral com uma base cultural comum, voltados para algumas atividades agrícolas específicas, que se reúnem sob um arcabouço organizacional e institucional próprio, a cooperativa singular.” As cooperativas chamadas singulares reúnem produtores e buscam melhorar a competitividade deste produtor. Algumas vezes estas cooperativas se reagrupam dando origem às cooperativas centrais. Este reagrupamento ocorre para realização de investimentos, ou busca de vantagens mercadológicas.

As cooperativas agropecuárias ocupam boa posição no cenário nacional. Conforme dados OCB, as cooperativas agrícolas têm se destacado na comercialização de produtos, geração de empregos, exportações de produtos, inclusive industrializados.

Ainda considerando dados do Censo das Cooperativas Brasileiras (OCB), no Brasil existem 1.624 cooperativas agropecuárias. Este segmento só é superado em número de instituições para as cooperativas de trabalho. O total de associados a este segmento é de 865.494. O faturamento ou PIB estimado das cooperativas agropecuárias é em torno de R\$ 13 bilhões, conforme censo de

1997. As exportações foram de US\$ 1,1 bilhões em 2001, dos quais o complexo soja, predominante na região estudada, participou com 33%, milho 12,5%, carnes 13%. Ainda tiveram exportações de açúcar com participação 29,9% e café com 8%.

No Paraná, as cooperativas agropecuárias representam mais de 55% da economia agrícola do Estado. Do ponto de vista econômico, predomina no Paraná o cooperativismo situado no meio rural, com 72% de associados do Estado e 98% da geração de receita pelo sistema. O cooperativismo paranaense congrega atualmente mais de 210 mil cooperados, número este, que extrapolado aos familiares e funcionários das cooperativas chega a 1.200.000 pessoas, representando cerca de 15% da população do Paraná. É no setor agropecuário que está a maior força, porque as condições econômicas e sociais favorecem mais a união das pessoas para um ideal comum, em vista da convivência em comunidades, trabalho nas mesmas atividades, dificuldades parecidas, etc.

Essa integração entre Estado e cooperativas não só permitiu aos governos implementarem suas ações na agricultura, como também levar o Paraná à liderança nacional de produção e produtividade agrícola, o que transformou as cooperativas em agentes de desenvolvimento econômico e social.

A OCEPAR conta no Estado do Paraná com 228 cooperativas registradas (base 2005), totalizando 403.195 cooperados e em torno de 50.000 empregados. O ramo agropecuário possui 74 cooperativas, 106.211 cooperados e cerca de 45.000 empregados, sendo, também, o ramo mais representativo do Paraná (tabela 1).

Com a integração dos produtores em cooperativas, organizou-se também a produção e com isso, reduziram-se os agentes de comercialização, aumentando a eficiência dos mecanismos de arrecadação tributária do Estado, o que torna as cooperativas, importantes instrumentos na execução da política fiscal do governo.

Dessa forma, as cooperativas vêm procurando dar sustentação à

Tabela 1 – Número de Cooperativas por Ramo e Número de Cooperados - Paraná

Ramo	Número de Cooperativas	Número de Associados
Agropecuários	74	106.211
Consumo	1	681
Crédito	67	261.671
Educacional	14	2.913
Habitacional	1	52
Infra-estrutura	8	7.865
Saúde	33	10.606
Trabalho	14	11.137
Transporte	14	1970
Turismo e Lazer	2	89
TOTAL	228	403.195

Fonte: OCEPAR, 2007.

Tabela 2 – Distribuição dos Associados das Cooperativas Agropecuárias por Área no Paraná - 1996

Área (hectares)	Número Associados	Percentual
(0 - 10)	33.290	27,8%
(10 - 50)	56.645	47,3%
(50 - 100)	16.885	14,1%
100 ou mais	12.934	10,8%

Fonte: OCEPAR, 2007.

atividade agropecuária com bases dinâmicas e inovadoras capazes de manter o produtor rural na atividade, estando conscientes de que isto somente será possível com a expansão de uma economia moderna, que possibilite a agregação de valores à produção, dando maior retorno aos agricultores, possibilitando seu reinvestimento no processo produtivo. Verifica-se na tabela 2, a expressiva participação dos pequenos e médios produtores (área até 50 ha) nos quadros sociais das cooperativas agropecuárias, representando atualmente 75,1% do total de associados, o que evidencia a importância das cooperativas para esse segmento de produtores, que são normalmente os menos favorecidos.

As cooperativas agropecuárias do Paraná são um dos maiores ramos do cooperativismo paranaense, tendo atualmente 74 cooperativas, com 106.211 cooperados, conforme dados do OCEPAR (2007). Segundo OCEPAR (2007), o cooperativismo

agropecuário representa cerca de 53% da economia agrícola do Estado do Paraná, com um faturamento de 18 bilhões de reais no ano de 2004, correspondente a cerca de 18% do Produto Interno Bruto do Paraná, e participa de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuária, fazendo com que o cooperado seja um agente ativo no mercado interno e externo, bem como nas ações sociais em sua comunidade. As cooperativas paranaense têm produzido ativamente nas mais variadas commodities detendo uma participação maior que 60% nas seguintes culturas: algodão, canola, cevada, soja e trigo.

Com seu desenvolvimento as cooperativas passaram a ser importantes instrumentos de difusão de tecnologias e implementadoras de políticas desenvolvimentistas, agindo também como elo de ligação entre o produtor rural e o governo. Isto ocorreu com a difusão do crédito

rural, armazenagem, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, assentamento de agricultores, agroindustrialização, entre outros, e levou o Paraná à liderança nacional de produção e produtividade agrícola, transformando as cooperativas em agentes de desenvolvimento econômico e social.

Conforme OCEPAR (2007) A participação dos pequenos e médios produtores (área até 50 ha) nos quadros sociais das cooperativas, representando 70% do total, evidencia a importância das cooperativas para essa faixa de produtores, que são normalmente os menos favorecidos. A integração das cooperativas com os interesses dos produtores rurais permitiram a montagem de uma infraestrutura de armazenagem da produção. Segundo OCEPAR (2007), a participação das cooperativas no total da capacidade estática de armazenagem do Estado, de 54%. Neste processo, portanto, o cooperativismo agropecuário apresenta importantes índices de desenvolvimento.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

A metodologia utilizada neste trabalho foi o estudo de caso. Para contextualização da cooperativa e dos municípios de atuação, foram utilizados dados estatísticos publicados pelo IBGE e outros anuários, para posterior comparação com os dados da pesquisa do estudo de caso. Conforme Yin (2002), o estudo de caso é a verificação de um fenômeno atual dentro da realidade pessoal.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados questionários com perguntas fechadas, focadas na verificação do grau de desenvolvimento pessoal e local, e a vinculação da cooperativa analisada com este desenvolvimento.

Os principais pontos abordados no questionário foram:

- Grau de vinculação do cooperado com a cooperativa;
- Relevância da cooperativa para o cooperado e para a comunidade do entorno;
- Identificar a alteração do desenvolvimento sócio-econômico do co-

Tabela 3 – Indicadores da Região de Atuação da Integração Avícola da C. Vale

Município	IDH	PIB <i>per capita</i>	Grau urban.	Taxa pobreza
Palotina	0,832	R\$ 17.835,00	80,48%	14,81%
Alto Piquiri	0,750	R\$ 7.478,00	78,11%	37,21%
Assis Chateaubriand	0,680	R\$ 11.601,00	81,20%	24,13%
Brasilândia	0,707	R\$ 14.928,00	60,86%	41,32%
Francisco Alves	0,736	R\$ 9.575,00	59,09%	29,54%
Maripá	0,845	R\$ 21.835,00	50,96%	13,22%
Nova Sta. Rosa	0,806	R\$ 15.361,00	54,69%	14,68%
Terra Roxa	0,764	R\$ 10.919,00	67,74%	24,18%
Tupassi	0,809	R\$ 14.701,00	67,60%	27,74%
Toledo	0,827	R\$ 14.857,00	87,49%	14,26%
Média Região	0,770	R\$ 13.803,67	66,75%	25,20%
Paraná	0,787	R\$ 10.725,00	81,40%	20,87%

Fonte: IPARDES.

Notas: PIB *per capita* dados de 2004, demais dados todos referente ao ano 2000.

operado após vínculo com a cooperativa.

Com o grau de vinculação pretende-se averiguar o tempo que o cooperado está associado à cooperativa, e quais os motivos que levam à adesão e permanência destes cooperados associados. Com a análise da relevância da cooperativa para o cooperado e para a comunidade será analisado o papel da cooperativa no desenvolvimento local.

Por último a pesquisa levantou se após a associação, o cooperado obteve maior desenvolvimento sócio-econômico.

A região analisada faz parte da abrangência dos municípios da C. Vale. Para realização da pesquisa foram considerados os municípios de Palotina, Assis Chateaubriand, Maripá e Terra Roxa, por representarem 87% da população total pesquisada. Nesses municípios estão localizados aviários de cooperados da C. Vale. Os indicadores da região de atuação da integração avícola da C. Vale são, conforme tabela 3, IDH médio de 0,77, e PIB *per capita* médio de R\$ 13.803,67. O grau de urbanização médio de 66,75% e taxa de pobreza média de 25,20%. Comparativamente com o estado do Paraná, a região de atuação da integração avícola da C. Vale está próximo no IDH, acima no PIB *per capita*, mas com menor grau de urbanização e maior taxa de pobreza.

No primeiro momento foi realizada uma explanação aos funcionários das unidades da C. Vale, visando apresentar e explicar a aplicação da pesquisa. Todos os responsáveis de cada unidade foram avisados para permitir e incentivar a realização da pesquisa. A amostra calculada foi de 47 cooperados, ligados à avicultura, porém também foram entrevistados 18 cooperados que não são avicultores, com um total de 65 entrevistas. A aplicação da pesquisa teve início no dia 24/07/2007 na unidade de Palotina, visto ser a sede da cooperativa e considerado o principal entreposto, pois além de possuir um grande número de cooperados e avicultores, também concentra atividades da matriz, favorecendo ao fluxo de cooperados de outras regiões. Foram entrevistados 25 cooperados. Na manhã do dia 25/7/2007, a pesquisa prosseguiu no município de Terra Roxa, localizado a 45 km ao oeste de Palotina. O município tem 886 cooperados e foram realizadas 12 entrevistas. Na tarde do mesmo dia, a pesquisa foi realizada no município de Maripá, localizada a 27 km ao sul de Palotina. O município 767 cooperados e foram realizadas 14 entrevistas. Em 26/7/2008 a pesquisa foi aplicada em Assis Chateaubriand, localizado a 55 km ao leste de Palotina. O município conta com 1.598 cooperados e foram realizadas 16 entrevistas.

O número de cooperados foi delimitado em virtude da proporção dos avicultores nos municípios, independentes da data. Para a cidade de Palotina ficou delimitado o mínimo de 23 entrevistas, 12 para Assis Chateaubriand, 10 para Maripá e 2 para Terra Roxa. Em todos os municípios as metas mínimas foram superadas para não enviesar a amostra.

Análise de resultados

A entrevista, em sua parte inicial, destacava o nome do cooperado, o município de sua propriedade, idade e sexo. Somente um questionário foi respondido por mulher, todos os demais foram respondidos por homens. A idade média dos cooperados pesquisados é de 52 anos.

Conforme Pavarina (2003), uma cooperativa cria laços de confiança entre os produtores rurais. O grupo de questões (1 a 5) do questionário avaliou esta vinculação. O resultado da pesquisa aponta que 90%, ou seja 56 cooperados são sócios há mais de 10 anos.

Com relação à estrutura fundiária, os cooperados estão estratificados quanto à área: 4, 9% possuem área de até 10 ha, 47% de 11 a 50 ha, 23% com área de 51 a 100 ha, 21% com área entre 101 e 500 ha e nenhum dos cooperados pesquisados possuem área acima de 500 ha. A maior parte dos pesquisados se concentra na faixa de até 50 ha corroborando com a afirmação da cooperativa que a maioria de seus cooperados é formada por pequenos e médios produtores.

Conforme conceituado, o desenvolvimento local ocorre pela conjunção de diversos recursos como econômicos, humanos, sociais e ambientais. Com isso, a distância da propriedade até o entreposto foi de 58% de até 10 km, 37% de 10 a 30 km e 5% de 30 a 50 km. Nenhum dos cooperados pesquisados apresentou distância superior há 50 km do entreposto.

Com relação aos motivos para a associação, o trabalho aponta, que 9% se associaram porque outros produtores já eram associados, 20% pela assistência técnica, 46% pela facilidade

de comercialização, 5% pela disponibilização de novas tecnologias, 10% pela diversidade e 10% por outros motivos como segurança, falta de outra opção, benefícios e confiança.

A principal atividade desenvolvida pelos cooperados, são produtos agrícolas com 89%, integração avícola com 76%, atividade pecuária (leite) com 3% e atividade de suínos com 2%. Este item apresenta somatório superior a 100% devido a diversos cooperados exercerem mais de uma atividade.

Como a maioria dos entrevistados possui atividade avícola com a cooperativa, a distância não seria superior a 50 km, que é a distância máxima dos aviários com o abatedouro, conforme informações da C. Vale.

Geração de Renda

Este grupo de questões (de 6 a 9) buscava verificar a importância da cooperativa C. Vale na geração de renda do cooperado. Verificou-se que 85% dos entrevistados afirmaram que após a sua associação a renda melhorou, com destaque para melhores condições de preços de venda e compra, e maior acesso à tecnologia e diversidade de produtos. Os 15% que responderam negativamente, alegam que já tinham as condições de renda, e que só aumentou a segurança. Nenhum respondeu que a renda reduziu, em alguns casos a renda se manteve na mesma faixa indicativa, porém com a cooperativa tem a segurança que ao depositarem seu produto nos armazéns, o mesmo não será vendido sem sua autorização, o que nem sempre ocorre quando os produtos são depositados em armazéns de terceiros. O item segurança acaba tendo grande importância para os cooperados, pois a maioria possui pequena propriedade, não tendo estrutura própria de armazém.

A maioria dos entrevistados teve dificuldades em responder a questão da evolução da renda, pois não sabiam ou não conseguiam quantificar a renda anterior. Dos entrevistados, 25% responderam a questão da

renda antes de se tornarem cooperados e 75% não souberam informar a renda anterior. Dos que responderam, 28% tinham até 1 salário mínimo, 64% de 1 a 3 salários mínimos e 8% tinham renda de 3 a 6 salários mínimos. Quanto à renda atual, 14% não informaram, 2% possuem até 1 salário mínimo, 32% de 1 a 3 salários mínimos, 26% de 3 a 6 salários mínimos, 21% de 6 a 10 salários mínimos e 5% acima de 10 salários mínimos.

Comparando a renda antes e depois dos cooperados que responderam à questão, houve melhora da renda para todos os cooperados. Nos demais casos, embora os mesmos tenham afirmado que houve melhora da renda, o fato não pode ser comprovado, devido à falta de resposta para a questão da renda antes de se vincular a cooperativa.

Conforme Bialoskorki Neto (2002) "Quando há um aumento de 10% na proporção de produtores associados em cooperativas, há um aumento médio de 2,5% da renda média regional, corroborando a hipótese de que a organização cooperativa é importante para a geração de renda". Observou-se que a cooperativa gera renda ao seu cooperado e com isso gera renda para a comunidade onde atuam.

Com relação à periodicidade de recebimento da renda, 48% tem recebimento bimestral devido a atividade do frango, mas a maioria (52%) informou que recebem de acordo com as necessidades, pois podem a qualquer momento vender grãos depositados na cooperativa e obter renda.

Com relação ao recebimento antes de se tornar associado da cooperativa, 36% informaram que não tinham recebimento de renda, e 64% informaram que só atuavam com grãos, e os recebimentos eram semestrais.

O comparativo entre a periodicidade de antes e depois de se tornar associado demonstra que houve melhora no recebimento, pois após a associação o cooperado obteve liberdade de recebimento, podendo optar pela melhor oportunidade.

“ ... abordados com a pergunta sobre a periodicidade que recebem seus provimentos da cooperativas, 52% dos respondentes afirmaram que os provimentos vêm de acordo com as necessidades dos produtores rurais. ”

Quando questionado se a renda melhorou após o produtor se tornar cooperado 85% dos respondentes afirmaram que sim. Destes 16% atestaram que sua renda anteriormente era de 1 a 3 salários e 32% afirmaram que a renda atual está entre 3 e 6 salários mínimos.

Quando abordados com a pergunta sobre a periodicidade que recebem seus provimentos da cooperativas, 52% dos respondentes afirmaram que os provimentos vêm de acordo com as necessidades dos produtores rurais. E antes de se tornarem associados os provimentos vinham semestralmente.

Condições sócio-econômicas dos cooperados

Este grupo de questões, visa avaliar a condição sócio-econômica dos cooperados e de seus filhos, procurando evidenciar se há evolução ou não desta condição no horizonte temporal.

A pesquisa revelou que 56% dos entrevistados têm apenas estudo fundamental incompleto e 14% fundamental completo. Este percentual, embora elevado, se concentrou nos indivíduos de idade entre 45 e 77 anos. Com relação ao ensino médio, 2% possuem incompleto e 23% possuem completo e 5% possui nível superior.

Com relação ao estado civil, a grande maioria, ou seja 91%, são ca-

sados, 7% solteiros e somente 2% divorciados ou separados. Este resultado reforça a afirmação da vocação de agricultura familiar da região.

Com relação ao número de filhos, 10% dos pesquisados não possuem filhos, sendo que neste percentual concentraram-se todos os pesquisados solteiros, 9% possuem apenas 1 filho, 40% possuem 2 filhos, 28% possuem 3 filhos, 4% com 4 filhos e 9% com mais de 4 filhos. O tamanho médio da família pesquisada é de 4 pessoas, dado também apontado pelo Censo do IBGE.

Os filhos dos associados têm em sua maioria, ou seja 56%, mais de 17 anos, 13% têm entre 14 e 17 anos, 8% entre 10 e 14 anos, 10% entre 6 e 10 anos 3% entre 0 e 6 anos e 10% não tem filhos.

Para cálculo da escolaridade expurgou-se da amostra os pesquisados que não possuem filhos. O resultado demonstrou que 5% não têm estudo, sendo que todos possuíam idade inferior a 7 anos, 21% possuem fundamental incompleto, 4% fundamental completo, 14% ensino médio incompleto, 44% ensino médio completo e 12% ensino superior. O observou-se que os filhos possuem escolaridade superiores ao dos seus pais, sendo esta afirmação reforçada, pois considerando os filhos acima de 17 anos, a maioria possui ensino médio completo e vários com ensino superior.

Com relação à moradia, 60% moram na área rural e 40% na área urbana. Conforme dados do último censo do IBGE, nestas mesmas regiões, 24% da população mora na área rural e 76% na área urbana. 93% dos entrevistados possuem casa própria, 5% residem em casa alugada e 2% moram com parentes ou amigos. Conforme observado na pesquisa, os que moram com parentes ou amigos moram com os pais.

Com relação ao gasto de renda na região 93% cooperado gastam de 81 a 100% da renda na região e 7% gastam de 61 a 80% da renda na região. Entre os motivos alegados para adquirirem produtos e serviços na região estão disponibilidade com 81%,

preço com 11%, qualidade com 4% e facilidade com 4%. Com relação à aquisição de produtos e serviços em outra região, 86% não adquirem, 7% adquirem por disponibilidade, 5% por preço e 2% por viagens a outras regiões.

O investimento da renda fomenta a atividade e possibilita maior produtividade. O investimento em imóveis e equipamentos teve o seguinte resultado: 14% informaram não reinvestir nada, 23% investem de 11 a 20%, 36% investem de 21 a 30 e 27% investem mais de 30% da renda.

Uma outra questão em relação ao investimento em imóveis e equipamentos, na qual os respondentes afirmam que 36% investem de 21 a 30% da renda, porém a maioria dos entrevistados investe mais que 21% da renda..

Avaliação do cooperado sobre a importância da C. Vale para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

A parte final da pesquisa teve como objetivo observar a importância da cooperativa C. Vale em relação às dimensões econômicas e sociais da região. Nas respostas foram classificados em graus crescentes de importância variando de nenhuma até muita importância. Aos cooperados que não sabiam avaliar ou optaram em não responder, foi dada esta opção.

Quanto à dimensão econômica, os resultados demonstraram que 72% consideram muito importante, 12% média importância, 5% pouca, 5% nenhuma e 6% não souberam ou quiseram responder. Os principais motivos apontados foram geração de emprego, impostos, investimentos, promoção de giro no comércio e desenvolvimento agrícola.

Com relação à dimensão social, avaliaram-se duas questões: uma com relação à saúde e outra com relação à educação. Com relação à saúde 80% não souberam ou quiseram responder. Dos 20% restantes 7% consideraram nenhuma, 9% pouca, 2% média e 2% muita. Dos motivos alegados o mais presente foi que a cooperativa não dá assistência médica ao cooperado. Com relação à

Tabela 4 – Capacitação Promovida Pela C. Vale

Área	2005		2006	
	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes
Recursos Humanos	424	30.525	410	19.616
Setor Feminino	138	5.920	156	7.688
Departamento Agrônômico	101	16.258	116	17.145
Departamento Veterinário	26	890	61	2.892
Fomento Avícola	11	503	12	877
Formação Cooperativista/Pessoal	261	19.167	274	18.325
Total	961	73.263	1.029	66.543

Fonte: Relatório Anual da C. Vale.

educação, 58% não souberam ou quiseram responder. Do restante 14% consideram muito importante, 21% média, 5% pouca e 2% nenhuma. Os principais argumentos são que a cooperativa oferece cursos diversos, palestras e treinamentos

Embora a maioria dos cooperados não ter informado a contribuição da cooperativa para o desenvolvimento social, a cooperativa informa que promove mais de mil treinamentos anuais, conforme Tabela 4, com mais de 100.000 pessoas treinadas, na análise dos dois anos.

Os eventos anuais são seminários motivacionais, seminário da mulher, e treinamento e capacitação ao jovem cooperado e filhos de associados. Também realiza anualmente diversos eventos técnicos, como dia de campo, que permitem ao associado manterem-se atualizados com as tecnologias e buscar a melhoria da produtividade da produção. A cooperativa também promove treinamentos de liderança jovem, e possui programa do jovem aprendiz de iniciação ao trabalho.

Conclusão

Observou-se, por meio de pesquisa e histórico da região estudada, que a cooperativa propicia desenvolvimento econômico ao prover renda ao cooperado e este por sua vez, faz a utilização desta renda na região. A integração avícola permite que o giro da renda ocorra em ciclos bimestrais, tendo ainda o suporte da área de grãos sendo realizado a qualquer momento. O desenvolvimento social embora não observado pelo cooperado, ocorre de forma di-

reta através de treinamentos e capacitações, e de forma indireta, verificado na pesquisa pelo ganho de escolaridade quando comparado o associado e seus filhos.

Este artigo também analisou as relações existentes entre o cooperativismo, a agroindústria e o desenvolvimento local. Com base em levantamento bibliográfico, verificou-se a ligação entre os conceitos, pois a cooperativa ao agregar a agroindústria, no âmbito da verticalização da produção, propicia direta e indiretamente o desenvolvimento local. Estas organizações contribuem para a geração de renda, organização local e promove o desenvolvimento sócio-econômico da região.

A pesquisa de campo evidenciou que o principal motivo que leva o produtor a se tornar cooperado da C. Vale é o aspecto econômico e comercial, principalmente pelas facilidades de comercialização de seus produtos. A vinculação é viabilizada por laços econômicos, porém já começa a ser expandido para o social, através de treinamentos, formação do jovem cooperado, aproximação da mulher no negócio, capacitações técnicas, dia de campo, entre outros treinamentos. A criação tanto da confiança como da credibilidade são complementares para garantir a manutenção do cooperado como associado desta cooperativa.

Além do fator econômico, a pesquisa também demonstrou que a cooperativa proporciona outros ganhos de caráter social indiretos aos cooperados. Embora a pesquisa demonstrou que estes ganhos não são evidentes do ponto de vista do coo-

perado, a cooperativa informa que promove diversos cursos, treinamentos e eventos voltados para a capacitação do cooperado e também dos seus familiares. Fica evidente na pesquisa o aumento da escolaridade comparativamente entre pais e filhos.

Com relação ao desenvolvimento local, a cooperativa é entendida como principal agente de promoção do desenvolvimento econômico, pois promove a organização econômica dos produtores rurais da região, é grande responsável na geração de impostos e emprego, já na questão social não ficou evidente sua participação. Como proposta de novas trabalhos sugere-se a avaliação da dependência do desenvolvimento da região com relação as flutuações econômicas e conjunturais dos principais mercados de atuação.

Referências

- ABEF. Relatório Anual de 2006. disponível em www.abef.com.br/Relatorios_Anuais.asp
- ACSELRAD, H. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP e A, 2001.
- BECKER, M.B.C. *Agroindústria e desenvolvimento*. Porto Alegre: União Brasileira dos Escritores, 1989. 180 p.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Estratégias e Cooperativas Agropecuárias: um ensaio analítico. In: *Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV*. Viçosa, 2002.
- CAIDEN, Gerarld; CARAVANTES, Geraldo. *Reconsiderações do Conceito de Desenvolvimento*. Caxias do Sul: Educus, 1988.
- CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento*. In: CAIDEN, Gerald & CARAVANTES Geraldo. *Reconsideração do conceito de Desenvolvimento*. Caxias do Sul: Educus, 1988.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995
- MACHADO FILHO, Claudio A. P. et.al. *Gestão Estratégica em Cooperativas Agroindustriais*. IV Congresso

Internacional de Economia e Gestão de Redes Agroalimentares. São Paulo: Universidade São Paulo, 2003.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. Emprego de Indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias. Piracicaba, Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado em Economia Aplicada, 2000

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. História do Cooperativismo. Disponível em <<http://www.ocb.org.br>>, acessado em 2007.

OCEPAR. Notas sobre Cooperativismo. Disponível em <http://www.ocepar.org.br/ocepar/> consultado em 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001. 319p

PAVARINA, Paula Regina de Jesus Pincetta. Desenvolvimento, Crescimento Econômico e o Capital Social do Estado de São Paulo. Piracicaba. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Economia Aplicada. 2003.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, José Graziano. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1998

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, A.R. Da teoria econômica a teoria do desenvolvimento. Lisboa: Clássica, 1980. 260 p.

TRINTIN, Jaime Graciano. A Nova Economia Paranaense: 1970-2000. Maringá: Eduem, 2006

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ZANATTA, A. F.; SILVA, C. L. da. A conformação da estrutura de governança no Paraná. In: III Workshop Empresa, Empresários e Sociedade. Curitiba: UFPR/ UTP, 2002.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, de nível acadêmico, tem como objetivo associar as atividades de ensino, pesquisa e extensão à realidade baiana e nordestina, sem perder de vista o contexto da formação de uma sociedade global. Na realização das suas atividades vem se convertendo em um ponto de referência nos estudos da problemática regional e urbana, do turismo e do meio ambiente, com ênfase para as questões relacionadas com o desenvolvimento sustentado de regiões. Neste sentido, tem procurado construir um embasamento teórico para a reconstrução crítica do processo histórico do desenvolvimento regional, apresentando novas propostas para a solução dos problemas que limitam o crescimento econômico na região, mediante a realização de pesquisas e a definição de novas formas de viabilização econômica de programas e projetos, nas áreas de sua concentração de estudos. A multidisciplinariedade de seu corpo docente (geógrafos, economistas, urbanistas, arquitetos, sociólogos, administradores) contribui para uma formação diversificada e individualizada de seu corpo discente. Nessa trajetória, o PPDRU consolidou a sua atuação perante a sociedade baiana, como também no âmbito nacional. Em 2003, associou-se a ANPUR (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), entidade que reúne a grande maioria dos institutos de pesquisa regional e urbana localizados no Brasil.

